



Número: **0600714-57.2020.6.16.0000**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Thiago Paiva dos Santos**

Última distribuição : **10/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Pesquisa Eleitoral - Registro de Pesquisa Eleitoral, Ação Cautelar**

Objeto do processo: **Pedido de tutela cautelar antecedente interposto por IPPEC - Instituto Paranaense de Pesquisa Estratégia e Consultoria Ltda. em face do PDT - Partido Democrático Trabalhista vez que registrou a pesquisa PR-08837/2020 de Cascavel para a qual houve impugnação, autos de Representação nº 0600851-29.2020.6.16.0068 em que o réu afirma ter supostas irregularidades, as quais foram abraçadas em sede de decisão liminar pelo juízo a quo que assim decidiu: estão presentes os requisitos ensejadores da concessão da tutela de urgência pretendida, razão pela qual defiro a suspensão da divulgação da pesquisa registrada sob o nº PR-08837/2020, ou a cessação da divulgação, caso esta tenha ocorrido antes do cumprimento da presente decisão, por qualquer meio, e pretendeu fosse suspensa a divulgação da pesquisa PR-08837/2020, com a finalidade de levantamento de opinião dos eleitores do Município de Cascavel para o cargo de Prefeito nas eleições que ocorrerão neste ano (registrada em 6/11/20 e divulgação 12/11/20) diante das seguintes inconsistências: a) inconsistência de dados referentes à ponderação; b) aglutinação de faixa etária contrária às estatísticas do TSE; c) aglutinação das faixas etárias; d) aglutinação das faixas atinentes ao grau de instrução; e) ausência de controle interno e conferência e, ao final, pugnou pela concessão da tutela de urgência, para o fim de que se determinasse a suspensão da divulgação da pesquisa (Requer: seja concedida a liminar deste feito a fim de permitir a divulgação da pesquisa, nos moldes da argumentação acima; (b) Seja julgado procedente a presente, mantendo-se esta liminar a fim de permitir o registro da pesquisa e sua divulgação sem ressalvas).**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
IPPEC - INSTITUTO PARANAENSE DE PESQUISA, ESTRATEGIA E CONSULTORIA LTDA (INTERESSADO)		FELIPE TONETTO REIS (ADVOGADO)	
PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA - CASCAVEL - PR - MUNICIPAL (LITISCONSORTE)			
JUÍZO DA 068ª ZONA ELEITORAL DE CASCAVEL PR (IMPETRADO)			
ANATALIA ISABEL LIMA SANTOS GUEDES (AUTORIDADE COATORA)			
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22057516	10/12/2020 13:19	Despacho	Despacho



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

Autos de MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) nº 0600714-57.2020.6.16.0000

INTERESSADO: IPPEC - INSTITUTO PARANAENSE DE PESQUISA, ESTRATEGIA E CONSULTORIA LTDA

Advogado do(a) INTERESSADO: FELIPE TONIETTO REIS - PR0075190

LITISCONSORTE: PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA - CASCAVEL - PR - MUNICIPAL

IMPETRADO: JUÍZO DA 068ª ZONA ELEITORAL DE CASCAVEL PR AUTORIDADE COATORA: ANATALIA ISABEL LIMA SANTOS GUEDES

RELATOR: THIAGO PAIVA DOS SANTOS

DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança impetrado por IPPEC-Instituto Paranaense de Pesquisa Estratégia e Consultoria LTDA, com pedido de decisão liminar, para o fim de suspender a decisão proferida pelo Juízo da 68ª Zona Eleitoral e permitir a divulgação da pesquisa.

Deferida a liminar, suspendendo a eficácia da decisão proferida nos autos de representação nº 0600851-29.2020.6.16.0068 até a prolação de decisão definitiva naqueles autos ou até o julgamento de mérito nos presentes.

A autoridade prestou informações (id. 20518066).

A Procuradoria Regional Eleitoral, entendendo que houve a perda superveniente de objeto manifestou-se pela extinção do feito sem resolução do mérito.

É o relatório. Decido.

Extraí-se da inicial que o impetrante busca demonstrar a regularidade da pesquisa registrada sob o nº PR-08837/2020, a fim de possibilitar sua divulgação.

Ocorre que o interesse processual do impetrante não mais subsiste.

Isso porque, em consulta aos autos de impugnação de pesquisa nº 600851-29.2020.6.16.0068 no PJE, verificou-se que já foi prolatada sentença deferindo a inicial, a fim de proibir definitivamente a divulgação da pesquisa eleitoral sob pena de multa, nos seguintes termos:



Por fim, dada a ocorrência das violações apontadas, não se pode concluir que os resultados obtidos contenham o mínimo de confiabilidade, pressuposto básico para que a divulgação seja autorizada, ainda que constem certas observações. Desta feita, ante a impossibilidade de regularização da pesquisa, necessário determinar que a representada abstenha-se de divulgar a Pesquisa Eleitoral registrada sob nº. PR-08837/2020, eis que registrada e executada em desacordo com o disposto no artigo 33 da Lei nº 950497 e Resolução nº. 23.600/2019 do TSE. (. . .)

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a representação eleitoral movida em face de IPPEC – INSTITUTO PARANAENSE DE PESQUISA, ESTRATEGIA E CONSULTORIA LTDA, para, confirmando a liminar deferida inicialmente, proibir definitivamente a divulgação da pesquisa eleitoral registrada sob nº. PR-08837/2020, em qualquer meio de comunicação, sob pena de multa a ser arbitrada no valor de R\$ 53.205,00 (cinquenta e três mil, duzentos e cinco reais) a R\$ 106.410,00 (cento e seis mil, quatrocentos e dez reais) (art. 18 da Resolução TSE 23.600/2019), sem prejuízo da responsabilização criminal.

Sendo assim, houve a perda superveniente do objeto, sendo imperiosa a extinção do feito sem resolução do mérito, conforme determina o art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil:

Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:
(. . .)

VI – Verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;

Assim, diante da ausência de interesse processual decorrente da perda superveniente de objeto, verificada após prolação de sentença nos autos de impugnação de pesquisa nº 600851-29.2020.6.16.0068, a análise do presente mandado de segurança resta prejudicada.

Face ao exposto, extingo o feito sem resolução de mérito com fulcro no art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil e na forma do art. 31, alínea “a” do inciso IV do RITRE/PR, tendo em vista que a análise do pedido encontra-se prejudicada, pela perda de interesse processual.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Curitiba, 9 de dezembro de 2020.

THIAGO PAIVA DOS SANTOS
Relator

